



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



As distintas origens das práticas da arquitetura no campo da moradia popular no Brasil¹

Tatiane Boisa Garcia,
IAU-USP, tatianegarcia@usp.brⁱ

Lucia Shimbo,
IAU-USP, luciashimbo@usp.brⁱⁱ

ST-09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. Alguns estudos recentes que têm analisado as práticas de arquitetura na moradia popular, especialmente, na produção doméstica, vêm enfatizando a dicotomia semântica e prática entre "assessoria" ou "assistência" técnica. Contudo, a existência de múltiplos grupos técnicos atuando pela moradia em comunidades e territórios precários desde 2010 tem nos impulsionado para um novo olhar sobre as distintas estruturas e narrativas em que amparam suas práticas. Diante desse problema, buscamos recuperar a sociogênese das práticas de arquitetura na moradia popular, procurando esboçar novas interpretações a partir dessas inquietações advindas do contexto atual. Nessa perspectiva, este artigo envereda-se a responder às seguintes questões em relação a essas práticas de arquitetura no Brasil: Quais foram as origens das distintas modalidades de atuação na moradia popular e quem foram seus agentes? Argumentamos que distintas matrizes de aproximação de profissionais de arquitetura e territórios populares desenharam e consolidaram historicamente quatro modalidades de atuação no campo da moradia popular, entre as décadas de 1960 e 1980, derivada de: grupos acadêmicos (1); servidores públicos (2); assessorias técnicas (3); escritórios e profissionais autônomos associados a entidades profissionais (4). Essa recuperação histórica e sua análise permitem iluminarmos algumas perspectivas sobre essas modalidades no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Assistência técnica; Assessorias técnicas; Habitação social; Arquitetura popular; Prática profissional.

The different origins of architectural practices in the field of popular housing in Brazil

Summary. Some recent studies that have analyzed architectural practices in popular housing, especially in domestic production, have been emphasizing the semantic and practical dichotomy between "assistance" or "technical assistance". However, the existence of multiple groups acting for housing in precarious communities and territories since 2010 has boosted us to a new look at the different structures and narratives in which they support their practices. Faced with this problem, we seek to recover the sociogenesis of architectural practices in popular housing, seeking to outline new interpretations based on these concerns arising from the current context. From this perspective, this article sets out to answer the following questions in relation to these architectural practices in Brazil: What were the origins of the different modalities of action in popular housing and who were their agents? We argue that different matrices of approximation of architecture professionals and popular territories historically designed and consolidated four modalities of action in the field of popular housing, between the 1960s and 1980s, derived from: academic groups (1); public servants (2); technical advice (3); offices and self-employed professionals associated with professional bodies

¹ O artigo é um dos resultados da pesquisa de doutorado em andamento de Tatiane Boisa Garcia no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), sob orientação de Lucia Shimbo e com financiamento da FAPESP (14569-9/2020).

(4). *This historical recovery and its analysis allow us to shed light on some perspectives on these modalities in the contemporary context.*

Keywords: Technical assistance; Technical support; Social housing; Popular architecture; Professional practice.

Los distintos orígenes de las prácticas arquitectónicas en el campo de la vivienda popular en Brasil

Resumen. *Algunos estudios recientes que han analizado las prácticas arquitectónicas en la vivienda popular, especialmente en la producción doméstica, vienen enfatizando la dicotomía semántica y práctica entre "asistencia" o "asistencia técnica". Sin embargo, la existencia de múltiples grupos técnicos que actúan por la vivienda en comunidades y territorios precarios desde 2010 nos ha llevado a una nueva mirada sobre las diferentes estructuras y narrativas en las que sustentan sus prácticas. Frente a esta problemática, buscamos recuperar la sociogénesis de las prácticas arquitectónicas en la vivienda popular, buscando esbozar nuevas interpretaciones a partir de estas inquietudes surgidas del contexto actual. Desde esta perspectiva, este artículo se propone responder las siguientes preguntas en relación con estas prácticas arquitectónicas en Brasil: ¿Cuáles fueron los orígenes de las diferentes modalidades de acción en la vivienda popular y quiénes fueron sus agentes? Sostenemos que diferentes matrices de aproximación de los profesionales de la arquitectura y los territorios populares diseñaron y consolidaron históricamente cuatro modalidades de actuación en el campo de la vivienda popular, entre las décadas de 1960 y 1980, derivadas de: grupos académicos (1); servidores públicos (2); asesoramiento técnico (3); despachos y profesionales autónomos asociados a colegios profesionales (4). Esta recuperación histórica y su análisis permiten arrojar luz sobre algunas perspectivas sobre estas modalidades en el contexto contemporáneo.*

Palabras clave: *Asistencia técnica; Consejo técnico; Vivienda social; Arquitectura popular; Práctica profesional.*

Introdução

Nas cidades latino americanas, as diferentes formas de produção da habitação refletem nas diversas modalidades de atuação profissional do arquiteto. No Brasil, alguns estudos recentes que analisaram as práticas de arquitetura na produção doméstica - ou, conhecida também como, autoconstrução - têm explorado a dicotomia semântica entre "assessoria" ou "assistência" técnica. Esses termos são frequentemente empregados em contraposição, polarizando uma disputa pelo modo de se atuar na moradia popular. Amore (2016, p.2) evidencia que "a polêmica tem endereço". Os termos advêm de duas matrizes distintas advindas de: São Paulo, com equipes técnicas e a autonomia dos grupos assessorados; e de Porto Alegre, com o serviço de arquitetura, oferecido individualmente pelo profissional, sendo garantido de forma pública e gratuita a famílias de baixa renda. Para Baltazar e Kapp (2016 p.5), "enquanto o paradigma da assistência se funda nesse ideário assistencialista, a assessoria aponta para uma relação sem dominação, ainda que assimétrica". Kapp (2018, p.222) distingue ainda que "assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação". Contudo, Mello (2021) argumenta que essa contraposição não considera o dilema e as noções adotadas para "assistência técnica" no contexto histórico em que o debate emergiu. A proposta nunca fora pautada na demanda por autonomia política, e sim, na garantia de serviços de arquitetura e engenharia às famílias que não conseguiam pagá-los. Era uma resposta ao enorme volume da autoconstrução sem qualquer amparo técnico e estatal no país. Segundo o autor, tinha-se como objetivo central o serviço de arquitetura assegurado para a população em geral, especialmente, às famílias mais pobres. Ressalta que se buscava, especificamente, uma assistência "técnica" em uma perspectiva similar ao que o Estado já ofertava na área médica, jurídica e social.

Buscando extrapolar essa polarização "assessoria" ou "assistência" técnica, ao se delinear uma sociogênese das práticas de arquitetura na moradia popular argumentamos que distintas matrizes desenharam e consolidaram historicamente quatro modalidades de atuação do arquiteto no campo da moradia popular. Entre as décadas de 1960 e 1980, na busca por uma aproximação com os territórios populares, profissionais de arquitetura passaram a atuar como: grupos acadêmicos (1); servidores públicos (2); assessorias técnicas ou; (3) escritórios e autônomos

associados a entidades profissionais (4). Nessa perspectiva, este artigo envereda-se a responder às seguintes questões em relação às práticas de arquitetura no Brasil: Quais foram as origens das distintas modalidades de atuação na moradia popular e quem foram seus agentes?

A análise foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica do entrelace das temáticas: moradia popular, política pública habitacional e atuação profissional em arquitetura. Paralelamente, uma pesquisa de campo desenvolvida junto a múltiplos grupos técnicos atuando na moradia popular na última década impulsionou um novo olhar sobre as gêneses das aproximações do arquiteto na moradia popular que orientaram o cenário atual. Assim, buscamos recuperar um processo histórico para compreender o presente, experimentando novas interpretações a partir de inquietações advindas do período contemporâneo.

Essa recuperação histórica permite avançarmos na compreensão da existência de múltiplos grupos técnicos com foco na moradia popular - com distintas práticas, narrativas e estruturas -, a partir de um olhar sistematizado de algumas matrizes históricas que contribuíram para a formação do campo profissional.

O artigo está estruturado em quatro itens buscando, primeiramente, analisar o contexto político e social em que houve essa primeira aproximação dos arquitetos na moradia popular. Em seguida, introduzimos como desenhamos analiticamente a ideia do agrupamento de quatro possibilidades para atuação, ocorridas, especialmente, nas décadas de 1960 a 1980. No terceiro item, exploramos as matrizes dessas modalidades, ressaltando os principais eventos e experiências de origem e os agentes envolvidos em cada uma delas. Por fim, analisamos essas modalidades a partir de cinco dimensões de análise - agente, estrutura, práticas, territórios, narrativas -, evidenciando tangenciamentos e divergências entre elas. Nas considerações finais, procuramos apontar alguns potenciais influências sobre essas modalidades de atuação no campo da arquitetura na moradia popular no contexto contemporâneo.

1. Aproximação dos arquitetos na moradia popular: breve contextualização (1950-80)

As décadas de 1950 e 1960 são marcadas por um crescimento vertiginoso da população urbana no Brasil, dando maior visibilidade à questão da habitação, a partir da multiplicação de favelas, loteamentos irregulares e outras formas de assentamentos precários. Nesse período, algumas manifestações de resistência e de reivindicações de posse da terra e de serviços de infraestrutura urbana ganharam notoriedade. Uma trama de eventos e práticas insurgentes, iniciada principalmente pós 1960, convergiu para o desenho de um outro campo possível e necessário de atuação dos arquitetos: o campo da moradia popularⁱⁱⁱ.

O olhar atento aos problemas urbanos aflorou debates no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado a partir de iniciativa do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1963 (SANTOS, 1981). Em meio a um cenário em que a maioria dos arquitetos ainda insistia na primazia dos planos no planejamento urbano, inclusive como instrumento de erradicação das favelas, algumas primeiras iniciativas demonstravam um certo esgotamento nas posturas com pressupostos modernistas de arquitetura (PULHEZ, 2007). Foram circunstâncias na qual o peso dado ao plano, ao projeto e, até mesmo, ao arquiteto - como solucionador - cedia espaço para novas práticas dentro das estruturas institucionais do poder público.

Nos primeiros anos do Regime Militar, eram evidentes as raras possibilidades de novas experimentações e poucos vínculos se estabeleciam entre profissionais/intelectuais e a realidade do povo. Esse período é marcado por um clima de terror, inclusive dentro da academia, com alunos e professores presos, torturados em lutas pela democracia (ARANTES, 2002). O abafamento às críticas e a sensação de impotência sobre as urgentes “demandas” da população favelada e periférica eram parte da realidade.

Sob mãos autoritárias da direita, as ações estatais eram pautadas em um forte discurso antifavelas, produzindo violentos processos de remoções por todo o país. Paralelamente, a

produção de habitação de interesse social era posta como uma bandeira do regime, destinando um grande volume de recursos para produzir moradias em escala inédita no âmbito federal, a partir do Banco Nacional de Habitação (AZEVEDO e ANDRADE, 1982; SACHS, 1999). A lógica predominantemente financeira dessa política não proporcionava o acesso à casa própria para a população de até três salários mínimos ou trabalhadores informais. Pouco alterando sua lógica distributiva, a partir de meados de 1970, o Estado incorporou programas reformistas (Profilurb, Ficom, Promorar) na política pública do BNH, incitando a autoconstrução como uma solução para a massa trabalhadora de menor renda (MELO, 1991). A aproximação do Estado à população mais carente, com discursos que tentavam legitimar o cunho social de sua política habitacional e o próprio regime, incorporava em suas bases debates controversos sobre a autoconstrução e os mutirões (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

Os anos 1980 são marcados por um agitado cenário sócio-político e uma efervescência movimentista da periferia em direção à redemocratização (FELTRAN, 2005). A luta coletiva dos “novos movimentos sociais” passaria a interferir nos desenhos das políticas públicas de produção da moradia popular, particularmente, as lutas por moradia fomentando a interlocução entre ‘sem-tetos’, arquitetos e poder público (LOPES, 2011). Esse período também é marcado por propostas de urbanização e regularização de favelas, fundamentadas no preceito de se constituir um espaço legítimo e consolidado da moradia popular. Já no final dos anos 1980, o afloramento dos movimentos sociais urbanos e o apoio da Igreja Católica e outros setores da sociedade fortaleceram a tomada de consciência dos direitos dos favelados (DENALDI, 2003).

Com o contexto da redemocratização, as ações nos órgãos públicos deixavam de ser ações isoladas, gerando avanços na legislação e em programas federais não apenas para urbanização de favelas e para produção de habitação, mas também para estruturação de modelos de gestão participativa, institucionalizando espaços de debate e de decisões com a população.

2. Desenhando alguns caminhos de atuação

As narrativas dos pesquisadores e, especialmente, os relatos dos arquitetos atuantes parecem evidenciar que as primeiras práticas durante a década de 1960 foram sendo construídas, ainda que vagarosa e pontualmente, buscando responder inquietações pessoais (morais/religiosas), profissionais e/ou políticas. Nas ações práticas, evidencia-se uma inquietação, com tom de angústia, decorrente de um primeiro cenário de abafamento violento das lutas contra um governo autoritário. Em uma leitura geral sobre essas práticas da década de 1960, Lopes relata que:

Ao instituir-se, este campo emerge de modo anárquico, razoavelmente desregulado, sem uma estrutura normativa consolidada de imediato: as regras existem, mas provêm de outros sistemas e não organizam lógica jurídica alguma, no primeiro momento; os discursos dissonam, mas convergem em harmonia no desenrolar da atividade; os contornos dos objetivos depuram-se na medida que a atividade se desenrola – e não previamente; o que fica evidente, portanto, é que, no rastro das rupturas, parece insinuar-se alguma possibilidade de invenção. (LOPES, 2011, p.22)

Procurando organizar analiticamente essas primeiras aproximações dos arquitetos na moradia popular, de antemão, apoio-me na análise de Lopes (2011). O autor, retomando cronologicamente diversas iniciativas, expõe as tentativas - ambivalentes - de arquitetos que procuravam estabelecer vínculos com moradores das periferias e de constituir uma prática do ofício que se fundia à militância política. Lopes (2011) se apoia nos depoimentos das trajetórias de três arquitetos^{iv} que trabalharam junto a movimentos sociais na Grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Tratavam-se de relatos que buscavam trazer alguma luz a um horizonte ainda nebuloso das possibilidades de atuação de estudantes de arquitetura e recém formados nesse campo da moradia popular. Em sua análise, o autor avança ordenando três cenários distintos que propiciaram essa aproximação no caso desses arquitetos:

...(i) ou este **engajamento técnico-profissional**, digamos assim, é **sustentado por uma atividade paralela**, porém não antagonista – como o caso do trabalho **na universidade**

que, inclusive, pode eventualmente absorvê-lo; (ii) ou se dá sustentado por ou **vinculado a uma agremiação autônoma de caráter laboral** – como o sindicato, mas sem muita chance de consolidar-se por aí (até mesmo porque os sindicatos de profissionais liberais são estruturas híbridas que mal conseguem se manter); (iii) ou, então, resta a **administração pública**, desde que aberta – pelo menos em tese – aos conteúdos e comprometimentos políticos de uma atuação permeável a aproximações menos burocráticas com a população mais pobre. (LOPES, 2011, p. 30-31, grifo nosso)

Ainda segundo Lopes (2011), seria a partir dessas trocas – ainda instáveis e confusas – advindas de contextos díspares que se enxergaria os sinais sobre a possibilidade de múltiplas iniciativas e modos de organização para o trabalho junto a população mais pobre. Não havia, em um primeiro momento, uma lógica comum das práticas insurgentes, muito menos uma estrutura pré-existente e estável, eram apenas ações pontuais e ambivalentes de gestões estatais, de profissionais ou de voluntárias.

Os parques acontecimentos - que se concentraram mais no final da década de 1970 - esboçaram algum movimento alternativo que afloraria em novas práticas e estruturas mais consolidadas nos anos seguintes, já em um outro cenário. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o acúmulo dessas experiências e debates provocaram novas posturas e arranjos que passaram com o tempo a delinear algumas estruturas para práticas alternativas de arquitetos na moradia popular. Tratava-se de um movimento composto por inúmeras personalidades, experiências e discursos - por vezes, divergentes, mas- que foram se tangenciando e compondo as distintas possibilidades de atuação dos arquitetos no enfrentamento da questão da habitação popular. A partir de meados da década de 1980, o cenário mostrou-se favorável no avanço da aproximação dos arquitetos na moradia popular, evidenciando nas práticas e debates um fortalecimento de diferentes modalidades de atuação a partir de experiências matrizes semeadas já em décadas anteriores.

Parto dessa leitura para esboçar sinteticamente algumas modalidades de atuação do arquiteto diretamente articulado com população de baixa renda e suas demandas, explorando o delinear de suas matrizes históricas.

3. Matrizes históricas: origens de quatro modalidades

Diante desse contexto e partindo de algumas observações de Lopes (2011) sobre os contextos díspares que propiciaram aproximação de alguns arquitetos com a população de baixa renda e atuando diretamente junto a elas, propõe-se retomar os atores e experiências que originalmente desenharam essas quatro modalidades de atuação do arquiteto e grupos técnicos no campo da moradia popular.

2.1 Acadêmicos

No início da Ditadura, dentro do contexto acadêmico da FAUUSP, alguma inquietação entre estudantes e jovens arquitetos era provocada por meio da circulação de textos de Ferro - tais como, *O Canteiro e o Desenho* e *A Casa Popular* - ou por outras práticas didáticas, tal como incursões de estudantes e professores^v (arquitetos-militantes-pesquisadores) às periferias.

Em 1977, iniciava-se o Curso Integrado, ministrado por Ermínia Maricato^{vi}, Siegbert Zanettini, Walter Ono e outros, propiciando aos estudantes recém-chegados idas às periferias e iluminando as preocupações sociais da profissão (ARANTES, 2002). Segundo o autor, essa movimentação crítica estabelecia algum espaço para imaginar alternativas de intervenção diante da hegemonia do “grande desenho” na Faculdade. Essas experiências propiciavam visualizar um antagonismo entre as ideias que circulavam dentro faculdade: “[De] um lado, a defesa do desenho e da prática profissional e, de outro, a disposição para uma ação política mais veemente” (ARANTES, 2002, p.45). As experimentações e os debates na FAU passaram a refletir também nos Trabalhos Finais e nas dissertações sobre o envolvimento dos arquitetos nos territórios das favelas e das periferias (LOPES, 2011). Essas primeiras iniciativas na FAU tinham um cunho ‘voluntarista’ e militante, não contavam com estruturas ou organização prévia para tal. A partir daí, as instituições de ensino

superior contariam com amparo financeiro, estruturas específicas e ações articuladas com órgãos públicos - em programas federais e municipais de habitação -, movimentos sociais, famílias e lideranças.

Em 1982, era criado o Laboratórios de Habitação na Faculdade de Belas-Artes de São Paulo, onde também lecionavam Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e outros jovens professores. O Laboratório reuniu arquitetos de diferentes gerações - como Joan Villá, Jorge Caron, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Nabil Bonduki, João Marcos Lopes, Eulalia Portela Negrelos, entre muitos outros -, trazendo um acúmulo de experiências da FAUUSP, da Cooperativa da SASP e de outros movimentos ou entidades. Ainda que tenha sido abruptamente fechado em 1986, foi responsável por formar arquitetos que atuariam com essa demanda em distintas estruturas institucionais - em órgão públicos, em outras faculdades de arquitetura ou em assessorias técnicas que seriam formadas posteriormente (POMPÉIA, 2006).

A narrativa dessas experiências expõe um processo que integrava ensino, pesquisa e prática profissional junto às lutas de movimentos, principalmente da zona sul capital paulistana. Entretanto, revelavam os descompassos ao relacionar esses dois mundos, tal como: “o que era projeto... [e] o que era projeto quando para discutir com a comunidade”, como exposto no depoimento de Eulália Negrelos (Lopes, 2011, p.73), e qual era papel da ação técnica nas demandas populares, visto que o projeto muitas vezes se torna “instrumento da luta política”. O choque cultural experimentado, por exemplo, no Recanto da Alegria^{vii}, com a persistência dos arquitetos em fazer ensaios de sistemas construtivos econômicos e incomuns para moradia popular e, paralelamente, o estranhamento e a não aceitação da população, gerou a não participação dos moradores e demolições de obra (POMPÉIA, 2006). Tratava-se de uma aproximação entre arquitetos e o povo que ainda caminhava em busca de “uma cultura arquitetônica comum” (ARANTES, 2002, p.180) e, para tal, um modo de diálogo mais ‘orgânico’ da concepção a execução das propostas.

De forma geral, as experiências dos professores nos poucos anos no LabHab da Belas Artes multiplicaram-se ao impulsionar outras iniciativas acadêmicas, a partir dos Laboratórios de Habitação na FAU-Santos (HABTAF AUS) em 1984, na PUC de Campinas (L’HABITAT) em 1986 e na UNICAMP (LabHab-Unicamp) em 1986 (POMPÉIA, 2006). Dentre esses grupos, destaco o LabHab-Unicamp, que entre 1986 e 1999, contribuiu com vários mutirões não somente em Campinas e São Paulo, mas por todo o estado e também no Rio de Janeiro e Nova Iguaçu (RJ), Recife (PE), Maceió (AL), Passos (MG), entre outros (POMPÉIA, 2006). Ressalto que é, a partir dessa matriz e de outras experiências, novas práticas foram sendo desenhadas e experimentadas nas universidades - especialmente públicas - no Brasil adentro, iniciando e consolidando novos debates sobre a habitação popular e relações possíveis com as comunidades, assim como, outros possíveis grupos universitários atrelados a programas de pós-graduação e escritórios modelos.

2.2 Servidores públicos

No Rio de Janeiro, o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) foi criado como uma instituição de dentro do poder público municipal em 1956, sendo suas ações, em um primeiro momento, basicamente guiadas por propostas da Igreja Católica. Em 1960, o SERFHA foi assumido pelo sociólogo José Arthur Rios, que promoveu encontros semanais com representantes de diversas favelas, orientando a organização de “associações” e promovendo debates sobre questões fundiárias e obras de melhorias urbanas. “Na Operação Mutirão daquela época, o governo do estado entrava com o material, produto de demolições, e com técnicos para orientar o trabalho; os favelados entravam com a mão-de-obra” (RIOS, 2000, p.68). Posteriormente, essas iniciativas passaram a conflitar politicamente com as propostas do governador Carlos Lacerda, que dissolveu o órgão em 1962 (ALBUQUERQUE, 2002)^{viii}.

Em Recife, o projeto habitacional do conjunto Cajueiro Seco, ligado ao governo de Miguel Arraes, foi coordenado pelo arquiteto carioca Acácio Gil Borsóí, entre 1962 e 1964 (interrompido com o

golpe militar). A proposta usava tecnologias tradicionais na confecção de painéis pré-fabricados modulares, apontando um processo participativo com troca de conhecimento popular e de arquitetura do projeto à obra (LEEDS e LEEDS, 1978 apud PULHEZ, 2007).

Durante a Ditadura, a aproximação dos técnicos das prefeituras à população mais carente - a partir dos programas habitacionais alternativos Profilurb, Ficam, Promorar - mostravam-se limitadas com as ações de mutirão pautadas em mão-de-obra não paga. Somente, no final da década de 1980, algumas propostas de programas desenvolvidos a partir das COHABs e prefeituras passaram a incorporar os movimentos, trazendo algum poder de decisão da obra para os próprios moradores, pautando nos discursos de participação (BARROS, 2019).

No âmbito municipal, ainda dentro do contexto da ditadura, a Prefeitura de Diadema tornou-se uma experiência emblemática. O depoimento do arquiteto Luis Fingerman sobre o contexto dessa prefeitura, onde estagiava em 1973, destaca que o território era basicamente de moradias autoconstruídas e um processo de aproximação dos técnicos municipais para assessoramento técnico, constituindo uma proposta de “autoconstrução assistida”. Este movimento de estabelecimento de novos vínculos com a população reconheceu alguns conflitos e contradições e levantou auto questionamentos por parte dos arquitetos e engenheiros sobre as relações de hierarquia e dominação (E&D, 1983 apud LOPES, 2011).

Já em 1983, a prefeitura, assumida pelo sindicalista Gilson Menezes, do Partido dos Trabalhadores, estruturou um dos primeiros programas municipais de urbanização de favelas, noticiado no estado de São Paulo (DENALDI, 2003). “A forma de participação da população na execução da infraestrutura relacionava-se com seu grau de organização e com a modalidade de intervenção e também foi se alterando no processo” (DENALDI, 2003, p.92). Em um primeiro momento, as intervenções ocorriam por meio de administração direta do município, por empreiteiras ou por mutirão com assessoria técnica da Prefeitura. Somente na década de 1990, sob influência de experiências em São Paulo, passaram a ocorrer algumas intervenções autogestionárias por meio de convênio com associações de moradores assessoradas por organizações não governamentais.

Nesses programas municipais, as contradições sobre o papel do Estado e dos arquitetos servidores públicos era uma inquietação evidente. Em sua experiência de trabalho nas Secretarias de Planejamento de São Bernardo e do Estado de São Paulo, Ermínia relata^x um dos principais dilemas dessa prática inserida dentro de estruturas estatais. Aponta que, na posição de técnico servidor, havia um olhar desalinhado e limitado por lentes e engrenagens pautadas pela burocracia e pela tecnocracia. Esse descompasso fica evidente também no relato de Ermínia ao evidenciar que ou o técnico trabalha para o Estado ou para os movimentos populares, que constantemente significava estar contra o Estado (LOPES, 2011).

Segundo Denaldi (2003, p.97), “os profissionais aprenderam errando”, principalmente nos primeiros anos, pelo despreparo técnico das equipes. Mas ainda que não isentas de conflitos e contradições, a perenidade e a experiência adquirida no programa, extrapolando ideários remocionista e reconduzindo a relação dos técnicos da prefeitura com o povo, reverberaram em outras realidades urbanas (DENALDI, 2003). Ainda que fadadas às intempéries das trocas de gestões e dentro das estruturas e lógicas do Estado, as iniciativas de Recife, Diadema, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, São Bernardo, Santo André, entre outras, permitiram, em diferentes escalas, um maior envolvimento dos técnicos municipais nas demandas dos moradores.

2.3 Assessorias

Iniciado em 1964, o processo de urbanização do Brás de Pina, no estado da Guanabara, evidenciou o enfrentamento de 800 famílias faveladas com apoio de padres contra as pressões do governador Carlos Lacerda - com amparo militar - para transferi-las a Vilas Aliança e Kennedy^x.

Em um primeiro momento, os projetos foram encomendados pelos moradores ao Quadra Arquitetos Associados. Anos depois, já no contexto da ditadura, o grupo foi recontratado pelo próprio Estado, para assessorar a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO). Na contramão de políticas do governo federal de erradicação das favelas, eles trabalhavam com os favelados sobre a importância da posse legal da terra e dos processos participativos de melhoria dos serviços comunitários e das próprias moradias (PERLMAN, 1977 apud PULHEZ, 2007). Ainda que a CODESCO tenha sido extinta pouco tempo depois, por contrariar interesses do governo federal, essa experiência no Brás de Pina ecoou entre os arquitetos por explorar novas e intensas dinâmicas com participação da comunidade (PULHEZ, 2007). Mas, ao final dos anos 1960 e 1970 “inaugura, de forma geral, um hiato nas poucas e suadas tentativas de estabelecimento de uma relação entre arquitetura e favela nos moldes pelos quais se desenhara a intervenção em Brás de Pina” (PULHEZ, 2007, p.76).

Esse arranjo e sua prática - ainda que isolados no tempo e no espaço - destacam-se não apenas pela resistência, mas também como uma primeira ação que explora uma outra aproximação entre o arquiteto e famílias vulneráveis, a partir de um grupo de moradores organizados buscando coletivamente uma assessoria com arquitetos independentes.

Com o contexto de redemocratização, em São Paulo, as ações organizadas protagonizadas pelos movimentos de luta por moradia deram também origem aos históricos processos de ocupação, negociações por glebas de terras urbanas e mobilização para produção da moradia por meio do regime de mutirão autogerido. Entre 1981 e 1984, ocorreram mais de 60 ocupações de terra na cidade de São Paulo, com destaque para a ocupação da Fazenda Itupu, na Zona Sul de São Paulo (BONDUKI, 1992). Os atos, que conferiam um caráter político, com o tempo, passaram a ter ações mais planejadas, pressupondo locais com potencial de negociação (ARANTES, 2002).

Nesse contexto e a partir dessas dinâmicas, o caso da Vila Nova Cachoeirinha, na Freguesia do Ó, Zona Norte, iniciada em 1982 se tornou uma experiência pioneira. Inicialmente, era composto por 600 famílias que reivindicavam financiamento por meio do Promorar do BNH para construir suas casas. A proposta se destaca por: ter desde o princípio assessoria técnica de assistentes sociais e arquitetos; estruturar-se a partir da referência do cooperativismo de habitação uruguaia na sua vertente por ajuda mútua apresentada por Guilherme Coelho; incluir debates de projeto arquitetônicos e urbanísticos em assembleias; propor o uso de métodos didáticos como “maquete móvel” e construção de casa-modelo; entre outros pontos (BARAVELLI, 2006).

O acúmulo dessas e de outras experiências emergentes^{xi}, a partir de um emaranhado de eventos e atores, que grupos passavam a se organizar em uma proposta de atuação independente de entidades de classe ou dos laboratórios das universidades, desenhando o modelo das “assessorias técnicas”. Para Santo Amore (2004), em sua pesquisa com foco nos mutirões autogeridos, seriam esses processos a “embriogênese”, que nos anos seguintes desdobraram-se na “fase heroica” com a “primeira geração dos mutirões”. Em outras palavras, posteriormente, a gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1992) - do Partido dos Trabalhadores - em São Paulo seria um terreno propício para o “boom” das assessorias^{xii} junto aos movimentos, com a estrutura operacional do programa FUNAPS-Comunitário (FUNACOM), baseado no famoso tripé da autogestão^{xiii} e alinhado a todo um processo narrado até aqui (RONCONI, 1995).

Lopes (2011) analisa que a prática desses profissionais se fundamentava também no embaralhamento do ‘trabalho técnico’ e da ‘militância política’, fomentando novas relações sociais e críticas que influenciavam um arranjo com outras posturas e práticas de trabalho. Tratava-se de ações que estimulavam a debates, trocas de conhecimentos e propostas coletivas, demandando ferramentas e técnicas diversas e adaptadas para e pelos futuros moradores, tal como desenho participativo, a construção de um protótipo em escala real ou, ainda, debates de gestão da obra (RONCONI, 1995). Nos anos seguintes, as trocas de gestões com a extinção do FUNAPS-Comunitário e a descontinuidade dos programas habitacionais revelariam o quanto essa prática das assessorias técnicas aos movimentos populares estava pautada em – e, por consequência,

dependente de - políticas públicas e financiamentos contínuos. Assim, a instabilidade das políticas estatais refletiu em desafios para todas essas assessorias, especialmente para sua manutenção financeira (AMORE, 2004).

Por outro lado, houve o surgimento de algumas oportunidades junto a outras prefeituras paulistas com gestão do PT - tais como, Diadema, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Guarulhos - a partir de uma circulação dos técnicos e de experiências, propiciando também surgimento de novos grupos de assessorias técnicas^{xiv}. Para além de São Paulo, a atuação das assessorias paulistas teve ressonâncias em outras realidades do Brasil, especialmente em grandes capitais, tal como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiânia, Mato Grosso do Sul, Fortaleza e Porto Alegre (BARROS, 2019).

2.4 Escritórios ou arquitetos autônomos associados a entidades profissionais

Em 1976, na cidade de Porto Alegre (RS), uma outra proposta de atuação era idealizada pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS). Essa iniciativa é também brevemente citada^{xv} como a origem da Lei de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, Lei nº 11.888/2008. Assim, para além de desenhar uma outra modalidade de atuação, essa proposta é o embrião de um importante marco político e jurídico no âmbito federal na institucionalização do direito ao serviço público e gratuito da arquitetura às famílias de até três salários mínimos.

Naquele contexto da década de 1970, a gênese do debate era a questão da regularização da “isenção de responsabilidade técnica” para obras de pequeno porte, a partir da proposta de uma normativa dos Conselhos Regional de Arquitetura e Engenharia (CREAs). Entre as justificativas, citavam a necessidade de não onerar os mais pobres com o pagamento de serviços de técnicos responsáveis. Na contramão daquela primeira “solução”, em 1975, o CREA da região o Rio Grande do Sul passou a rever sua posição a partir de uma primeira proposição apresentada pelo SAERGS (MELLO, 2021). Contrapondo-se à isenção de responsabilidade, a proposição narrava a necessidade de se ofertar assistência técnica àqueles que autoconstruíam suas casas. O serviço técnico - prática de arquitetura - deveria ser ofertado pelo Estado àqueles que não conseguiam pagar, assim como era com a assistência social, jurídica e médica.

Com o apoio do CREA, a proposta do SAERGS passou a ser debatida em reuniões e eventos de caráter nacional dos conselhos e institutos. Mello (2021) destaca o XI Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA), em 1976, com a apresentação do “Estudo de viabilidade do programa de assistência técnica gratuita ao projeto e construção da moradia isolada para pessoas carentes de recursos - ATMI” por Clóvis Ilgenfritz da Silva, Carlos Maximiliano Fayet e Newton Burmeister. A iniciativa foi bem recebida sendo implicitamente mencionada no relatório final, recomendando-se “a criação (...) de mecanismos que promovam a extensão dos serviços profissionais a uma ampla camada da população brasileira que constrói com enorme sacrifício sua habitação isolada.” (CBA, 1976 apud MELLO, 2021, p.6).

Nos anos seguintes, a elaboração do Programa passou a contar com profissionais do IAB, de sindicatos de outros estados, do CREA e representantes do BNH, gerando inclusive uma publicação - entre 1977 e 1978 - pelo SAERGS: o livro “Programa ATME” - abreviação de Assistência Técnica para Moradia Econômica. Em síntese, a proposta idealizava a prestação dos serviços de arquitetura de forma pública e individual para a moradia isolada (CARDOSO, 2022, p.41). Pensava-se em uma solução com foco em famílias de até dez salários mínimos, sendo que apenas as famílias de até cinco salários mínimos teriam acesso de forma gratuita - com recursos de fundos públicos - e as famílias de cinco a dez pagariam com auxílio de financiamento. Um outro critério excludente do programa para seleção, era a exigência de que o lote fosse regular e de posse da família, distanciando-se da problemática de acesso à terra e sugerindo a necessidade de programas de assistência jurídica para processos de regularização fundiária. Quanto à estrutura operacional, pensava-se no sindicato assumindo um papel central sendo responsável por orientar, credenciar, coordenar e direcionar os arquitetos às famílias previamente cadastradas

na prefeitura, além de fiscalizar os seus serviços prestados e gerenciar os pagamentos. Os arquitetos deveriam estar filiados ao sindicato e poderiam trabalhar de forma autônoma ou em cooperativas profissionais, atuando desde o projeto até a conclusão da obra (CARDOSO, 2022).

Nos anos seguintes, Clóvis continuou lutando por apoio, divulgação e implementação do Programa ATME (CARDOSO, 2022). Entretanto, alguma ação efetiva na prática só foi viabilizada na década seguinte. Em 1985, no contexto da implementação do Programa ATME em Porto Alegre, o prefeito vigente anunciou que seria realizada uma regularização de habitações pela cidade. Logo, Clóvis buscou apresentar a proposta, sendo firmada uma parceria entre a prefeitura e o SAERGS. O sindicato cadastrou 70 arquitetos que em poucos meses atenderam cerca de 700 famílias de baixa renda, que aceitaram pagar pela assistência técnica prestada, mediante uma tabela de valor mínimo (CUNHA, ARRUDA, MEDEIROS, 2007). Essa foi a primeira ação inspirada na proposta da ATME, ainda que não tenha sido uma política de Estado, como foi idealizado anteriormente.

Nesse período de redemocratização, Clóvis foi eleito como vereador a partir de 1988 - exercendo três mandatos - e elaborou um projeto de lei do Programa ATME para Porto Alegre. A Lei Complementar nº 428 foi aprovada em 1999, tornando-se a primeira lei municipal a regulamentar o serviço de assistência técnica, ainda que sem resultados práticos (CUNHA, ARRUDA, MEDEIROS, 2007). Durante os anos 2000, essa trajetória de luta pela assistência técnica pública e gratuita alcançou o legislativo no âmbito federal, propiciando também a ampliação no debate e na construção da lei de outros arranjos e experiências da atuação do arquiteto junto às demandas da moradia popular desenhados, para além da origem dessa modalidade. Esse processo de institucionalização da Lei Federal nº 11.888, aprovada em 2008, passou a evidenciar a incorporação também dessas outras modalidades apresentadas anteriormente.

4. Entrelaces das quatro modalidades

Em suma, ao recuperar algumas primeiras experiências, este texto identificou as matrizes históricas que introduziram quatro modalidades de atuação de arquitetos, engenheiros e outros técnicos nas demandas populares por moradia. Nesse último item, busco sintetizar essas modalidades a partir das dimensões principais de análise previamente identificadas (agente, estrutura, prática, território, narrativas) e de algumas subcategorias derivadas delas. A partir do Quadro 1 sistematizamos essa análise, que irá auxiliar também nas relações e tangenciamentos vistas entre as modalidades.

Grupo técnico	Acadêmico	Servidor público	Assessoria	Escritório ou arquiteto autônomo
Experiências de origem	<ul style="list-style-type: none"> - Final da década de 1970 _ Curso Integrado na FAUUSP; - 1982 _ LabHab _ Escola de Belas Artes; - 1984 _ HABTAF AUS na FAU-Santos; - 1986 _ L'HABITAT na PUC de Campinas; - 1986 _ LabHab _ UNICAMP; 	<ul style="list-style-type: none"> - 1956 _ SERFHA no Rio de Janeiro; - 1962 _ Conjunto Cajueiro Seco em Recife; - década de 1970 _ “autoconstrução assistida” em Prefeitura de Diadema; 	<p>1964 _ urbanização do Brás de Pina_Quadra Arquitetos Associados; Década de 1980 _ assessorias técnicas paulistas a movimentos sociais: Vila Nova Cachoeirinha; Assembleia do Povo em Campinas;</p>	<p>- 1976 _ a proposta do programa ATME de Porto Alegre, idealizado por arquitetos sindicalistas e posteriormente, a proposta nacional para ATMI/ATHIS;</p>
Perfil dos membros	Estudantes e professores de arquitetura e urbanismo e engenharia civil.	Arquitetos e outros profissionais servidores públicos municipais.	Jovens arquitetos e outros profissionais independentes organizados em entidades sem ou com fins lucrativos, autodenominando-se de assessorias técnicas.	Arquitetos autônomos ou escritórios
Estrutura institucional	Vínculo direto com Instituições de ensino por meio de laboratórios de pesquisa e extensão e disciplinas da graduação. Além disso, há articulações com movimentos sociais.	Vínculo direto com prefeituras municipais por meio de cargos em secretarias ou diretorias de planejamento e habitação.	Articulado a movimentos sociais , associações de luta pela moradia ou outros grupos organizados de famílias, além do poder público.	Associados ou amparados por sindicatos, conselhos e outras entidades profissionais.
Estrutura financeira	Principalmente bolsas e recursos de fomento à pesquisa e extensão para remuneração dos atuantes, além de possíveis parcerias com programas municipais.	Atrelado a programas públicos municipais , com uso de recursos públicos.	Atrelado a programas municipais e, posteriormente, estaduais e federais , com uso de recursos públicos para subsídio e financiamento diretamente aos movimentos sociais.	Atrelado a programa públicas municipais com uso de recursos públicos subsidiando o serviço técnico às famílias de até 5 s.m. e financiando às famílias de 5 a 10 s.m.

Modus operandi	Experimentações educacionais: práticas diversas atreladas a experimentar métodos e tecnologias atendendo demandas coletivas	Articuladas: práticas de alta complexidade atendendo demandas coletivas e individuais	Coletivas: práticas de alta complexidade atendendo demandas coletivas	Pulverizadas: práticas de baixa complexidade atendendo demandas individuais das famílias
Tipo de ação	planos, projetos e obras de provisão, melhoria e requalificação da habitação, com participação da comunidade.	planos, projetos e obras de provisão, melhoria e requalificação da habitação, bem como urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários.	planos, projetos e obras de provisão, melhoria e requalificação da habitação, bem como urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários, com participação da comunidade.	projetos e obras de provisão, melhoria e requalificação da habitação e regularização edilícia
Atuação geográfica	Estado de São Paulo	Estado de São Paulo e outras cidades com gestões com ideais de participação popular	Estado de São Paulo	Porto Alegre
Narrativa central	Luta pelo direito à moradia e à cidade enquanto crítica a uma sociedade desigual. Prática do ofício atrelada também a ação política.	Luta pelo direito à moradia e à cidade enquanto crítica a uma sociedade desigual. Prática do ofício atrelada também a ação política.	Luta pelo direito à moradia e à cidade enquanto crítica a uma sociedade desigual. Prática do ofício atrelada também a ação política.	Luta pelo direito à moradia digna a partir do acesso ao serviço técnico de arquitetura ou engenharia por toda sociedade.
Dilemas da prática	<ul style="list-style-type: none"> - autocríticas sobre posturas, práticas repensando o papel do arquiteto (a atuação técnica e militância política) e a centralidade do projeto; - a importância e os limites da participação popular - “choque de culturas” entre as universidades e as comunidades e a busca por inovações técnicas na moradia popular; 	<ul style="list-style-type: none"> - autocríticas sobre posturas, práticas repensando o papel do arquiteto e a centralidade do projeto; - a importância e os limites da participação popular - contradições do fomento à autoconstrução e ao mutirão; - autocríticas (re)estruturando políticas públicas; - “atuação fadada às intempéries das trocas de gestões”; - limitação das engrenagens e burocracias estatais; 	<ul style="list-style-type: none"> - autocríticas sobre posturas, práticas repensando o papel do arquiteto (a atuação técnica e militância política) e a centralidade do projeto; - a importância e os limites da participação popular do processo de projeto e da autogestão nas tomadas de decisão dos empreendimentos; - contradições do fomento à autoconstrução e ao mutirão; - autocríticas influenciando em políticas públicas; - “atuação fadada às intempéries das trocas de gestões”; 	<ul style="list-style-type: none"> - a isenção de responsabilidade técnica versus a garantia do acesso à assistência técnica gratuita; - contradições do fomento à autoconstrução;

Quadro 1. Síntese de quatro modalidades de atuação do arquiteto na moradia popular nas décadas de 1960 a 1980 (fonte: autoria própria, 2022).

Uma primeira modalidade identificada provém da atuação a partir de **grupos acadêmicos dentro instituições de ensino de arquitetura**, desenhadas com cunho educacional e experimental. Suas primeiras experiências têm origem no estado de São Paulo, especialmente na capital e em outros grandes centros urbanos próximos. Essa vertente busca, em distintas práticas promovidas por professores e alunos, extrapolar os muros das universidades e, ao mesmo tempo, evidenciam descompassos ao relacionar esses dois mundos. Conectadas às atividades de pesquisa, ensino ou extensão, envolve alunos e professores de graduação, por meio de Laboratórios de pesquisa e extensão, disciplinas e Trabalhos Finais de Graduação. As práticas são bastante diversas, explorando ações experimentais desde tecnologias construtivas a metodologias participativas de projeto na construção da moradia popular ou de planos e projetos urbanos. Os recursos para suas práticas são principalmente advindos de bolsas e auxílios da universidade e de instituições de fomento à pesquisa e extensão. Os professores, por vezes, atuam ou atuaram também em assessorias técnicas, incorporando novas práticas junto a grupos organizados, sendo arquitetos-militantes-pesquisadores, como denominado por Lopes (2011). Essa modalidade de atuação em arranjos universitários favorece o estabelecimento de articulações com grupos técnicos não acadêmicos e, paralelamente, com agências públicas de outras fontes de recursos, inclusive em arranjos com políticas públicas. Destacamos que essa modalidade dentro das instituições de ensino é também forte vetor para o surgimento de novos arquitetos e de grupos técnicos atuantes no habitat popular, que tiveram um embrião acadêmico.

Uma outra modalidade se consolidou a partir **dos técnicos servidores públicos dentro das prefeituras municipais**. Sua origem está vinculada a distintas cidades em que houveram gestões com ideais de participação popular, com destaque às experiências de Diadema, cuja política pública se tornou perene. Os profissionais, que são servidores públicos, atuam diretamente com a população e, ao mesmo tempo (re)desenham os programas que orientam suas ações a partir da compreensão das demandas e contradições em suas imersões na comunidade, questionando ideários que orientam as remoções e reconduzindo a relação de técnicos públicos com o povo. Essa modalidade de atuação tem evidenciado práticas que articulam diferentes programas diretamente no território, passando pela regularização, urbanização e qualificação urbana até melhorias habitacionais. Por estar amparada em estruturas e narrativas de políticas públicas e depender de recursos municipais, essa modalidade está fadada às engrenagens e burocracias estatais, às intempéries das trocas de gestão e, conseqüentemente, à motivação dos técnicos.

Extrapolando estruturas institucionais já consolidadas, a terceira modalidade corresponde **às assessorias técnicas independentes** atuando junto a movimentos sociais e outros grupos organizados. São grupos de arquitetos e de outros profissionais estruturados de forma independente como entidades não governamentais. Suas origens advêm especialmente de jovens arquitetos paulistas que se agrupam para atuar na região metropolitana de São Paulo a partir de demandas de famílias organizadas. Tem-se como foco a provisão de moradia autogestionada e outras demandas coletivas dos movimentos e associações populares. As narrativas e as práticas das assessorias expunham e convocavam, para além da elaboração de projeto e acompanhamento de obra, uma postura de atuação com processos participativos com foco na autonomia dessa população e com ações de militância política e de luta pelo direito à moradia e à cidade e práticas que deveriam responder demandas oriundas dos grupos de famílias organizadas. Pautando-se na moradia como direito, as práticas se pautavam em arranjos fortemente articulados com políticas e recursos públicos, mas, por vezes, em sua ausência, viram-se obrigados a remodelar seus arranjos para viabilizar as lutas e resistências dessas famílias.

Em um contexto bastante distinto das narrativas, práticas e arranjos paulistas, uma outra modalidade se ampara na realização de convênio e parcerias com o poder público, a fim de se possibilitar o repasse de recursos para garantia do acesso do técnico às famílias mais vulneráveis

que autoconstruíram suas casas sem qualquer amparo técnico ou político. As práticas seriam efetuadas por **arquitetos e engenheiros autônomos ou de escritórios associados a entidades profissionais**. O foco maior de atuação estava em demandas mais simplificadas, atreladas a ações de assistência técnica de forma pública, gratuita e individual para construções de pequeno porte, fazendo projeto e acompanhamento para regularização habitacional, melhorias habitacionais e novas unidades unifamiliares.

Ressalta-se que essas modalidades de atuação não se findam nessas quatro modalidades e não são fechadas em si mesmas. Como visto, não se tratam de matrizes pontuais e totalmente isoladas. Suas estruturas e práticas vêm de eventos, experiências e personagens também convergentes que historicamente desenharam trocas e outros arranjos em potencial. Nesse sentido, procuro ressaltar algumas relações observadas ao longo do texto, também destacadas no Quadro 2, que resultam em semelhanças ou distinções entre as modalidades.

De antemão, fica evidente a relação de proximidade nas três primeiras modalidades, amparadas, principalmente, em **matrizes paulistas**. Trata-se de muitos cruzamentos entre os técnicos, especialmente, da Região Metropolitana de São Paulo, possibilitando a disseminação e compartilhamento de narrativas, dilemas e experiências entre universidades, prefeituras e assessorias. Durante o período de redemocratização, a articulação com movimentos sociais, promovendo e auxiliando negociações com órgãos de financiamento, prefeituras e as COHABs em busca de acesso à terra e a recursos para viabilizar obras habitacionais, tangenciou as três modalidades. O contexto político e a relação com os movimentos sociais e outros grupos populares organizados contribuíram para um alinhamento na narrativa central que embasava suas práticas: luta pelo direito à moradia e à cidade como mecanismo de luta e crítica a uma sociedade desigual. Além disso, essas modalidades afloraram dilemas semelhantes em torno de uma autocrítica à profissão e uma busca por uma outra arquitetura. Era uma proposta crítica sobre uma postura e uma prática de um arquiteto que não projetasse para um cliente, mas sim, para e com o coletivo. Esses dilemas culminaram na relevância e nos limites da participação popular no processo de projeto e da autogestão nas tomadas de decisão dos empreendimentos. Tratava-se também de uma crítica e uma inflexão para uma atuação que extrapolasse a centralidade do projeto, e até mesmo da obra, passando o arquiteto a fazer parte de atividades políticas, culturais, sociais e outras que buscassem um outro desenho de sociedade, menos desigual e hierárquico. Esse olhar tocava também em contradições do fomento à autoconstrução e ao mutirão e em lutas políticas e em propostas de programas públicos.

Por outro lado, a quarta modalidade de atuação, com **matriz de Porto Alegre**, teve relação e influência com as estruturas e narrativas de conselhos, sindicatos e entidades profissionais de arquitetura e urbanismo e engenharia civil, ao mesmo tempo que estava distante dos movimentos populares organizados. Nesse sentido, sua proposta de atuação pautava-se em uma narrativa pelo direito de todos à moradia digna, na perspectiva de uma luta pela garantia de um serviço técnico de arquitetura e engenharia para a sociedade. Para tal, o foco era um programa que viabilizasse isso às pessoas carentes de recursos que, em sua grande maioria, tinham a autoconstrução na periferia como a única alternativa.

Ainda sobre as análises das relações entre as modalidades, observa-se nas **estruturas institucionais** que as duas primeiras modalidades se amparam em instituições já consolidadas na sociedade para que fosse possível uma aproximação com as comunidades e atuação com suas demandas. Entretanto, fora dessas estruturas, jovens arquitetos continuavam buscando meios para trabalhar com as demandas da população periférica. As assessorias técnicas paulistas nascem também de experiências dessas duas primeiras, mas passam a viabilizar uma atuação enquanto grupos "independentes". Nessa mesma perspectiva, a proposta da ATME, apesar de amparada por parcerias estabelecidas por sindicatos e entidades profissionais, é também

desenhada de modo a permitir que profissionais autônomos ou em escritórios de arquitetura pudessem trabalhar com moradia popular.

Sobre as **estruturas financeiras**, fica evidente a orientação de todas as propostas pela moradia digna enquanto direito de todos, e que diante de uma sociedade desigual, deve ter amparo do Estado para ser garantida às famílias de baixa renda. Assim, a viabilização de suas práticas está atrelada às políticas públicas - especialmente, municipais -, com exceção das universidades que têm também outras fontes de recurso, mas ainda públicas. Nesse contexto, a atuação está fadada às intempéries das políticas estatais - alteradas nas trocas de gestão - e isso afeta diretamente a viabilização e a constância dessa prática enquanto um serviço técnico remunerado, e não voluntário.

Algumas considerações

A perspectiva histórica explorada neste artigo amplia o olhar sobre o campo da moradia popular, para além da polarização entre assessoria e assistência técnica, permitindo enxergar a heterogeneidade de práticas históricas e atuais que partem de distintas matrizes. Dessa forma, passamos a compreender o campo de atuação da moradia popular em suas diversas estruturas institucionais - e naturezas jurídicas - de âmbito privado e público, que propiciam a atuação de grupos técnicos de acordo com as condicionantes de distintos territórios.

Considerando o campo da arquitetura na moradia popular no século XXI, é importante avançar na compreensão de tangenciamentos e tensionamentos dessas modalidades desencadeados no contexto atual. Um exemplo é como a articulação das experiências acumuladas nessas quatro modalidades de atuação no campo do habitat popular e os entrelaces posteriores gerados durante o debate da ATME em âmbito nacional foram responsáveis pela proposta e aprovação da Lei Federal de Assistência Técnica Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.888/2008), não apenas amparada em sua matriz de origem.

Além disso, em uma perspectiva contemporânea, esse campo não se esgota nessas quatro modalidades de atuação e está em [re]construção. A pesquisa de campo - em andamento - tem avançado em analisar outras possibilidades que vêm emergindo com uma matriz distinta do que foi analisado até aqui. Refiro-me, em especial, a práticas, narrativas e estruturas da atuação dos negócios de impacto social em habitação, desvinculadas a políticas públicas habitacionais. Esses recentes grupos técnicos parecem formar uma nova modalidade no campo de atuação da moradia popular de matriz contemporânea ancorada, especialmente, no empreendedorismo e nas finanças sociais.

Referências bibliográficas

- ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luiz Aureliano. **Habitação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ALBUQUERQUE, Sandra Cavalcante. O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960 (Depoimento). In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p.78-102.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **Assessoria Técnica com interfaces**. In: IV ENANPARQ, Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.
- BARAVELLI, J. E. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo – das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2006.
- BARROS, Mariana Cicuto. **Experiências de assessorias técnicas em programas habitacionais**. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Tese de Doutorado. Santo André, UFABC, 2019.

- BONDUKI, Nabil. **Habitação & Autogestão**. Construindo Territórios de Utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.
- BRASIL. **Lei Federal 11.888/2008**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008a.
- CARDOSO, Fernanda Simon. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista**: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. doi:10.11606/D.102.2021.tde-09022022-115934. Acesso em: 2022-07-18.
- CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.
- CUNHA, Egláisa M. P.; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; MEDEIROS, Yara (orgs.). **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
- DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas**: evolução e impasses. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2003.
- FELTRAN, G. de S. **Desvelar a política na periferia**: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.
- FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.
- _____. **A Casa Popular**. São Paulo: GFAU, 1972. (Texto original de 1969)
- _____. **Arquitetura Nova**. Revista Teoria e Prática, São Paulo, n. 1, 1967.
- KAPP, S. **Grupos socioespaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, 2018.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira, SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Casas proletárias em São Paulo**. São Paulo, FAUUSP, 1993.
- LOPES, João Marcos. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Livredocência-IAU/USP. São Carlos, 2011.
- MARTINS, Lyzandra Machado. **Direito à arquitetura**: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas. 2019. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.16.2019.tde-03092019-095434. Acesso em: 2022-03-23.
- MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**, em A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Ômega, 1979.
- _____. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de (org.). **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul**: memórias de quatro décadas (1973-2013). Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.
- _____. **ATMI**: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social. In: Risco Revista de Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 19, 1-15. <https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2021.166911>
- MELO, Marcus André B. C. de. **Estado e mercado: a construção social da agenda do Estado na esfera da habitação, 1930 / 1990**. In: IV Encontro Nacional da ANPUR (Anais). Salvador, 1991
- POMPÉIA, R. **O laboratório de habitação no ensino da arquitetura**: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto. Tese de doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2006.
- PROJETO. **Edição especial**: a habitação social no Brasil. São Paulo. dez., 2018. Número especial.
- PULHEZ, M. M. **Espaços de favela, fronteiras do ofício**: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2007.
- RIOS, José Arthur. O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960 (Depoimento). In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p.60-77.
- RONCONI, Reginaldo. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários com organização da força de trabalho em regime de mútuo**: o programa FUNAPS Comunitário. São Carlos: EESC (diss. mestrado), 1995;

SALAZAR, Jeferson; STROHER, Laisa; GRAZIA, Grazia de (org.) **Assistência técnica e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas e Resenha edições, 2014.

SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990-2012)**. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

SANTO AMORE, C. **Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

_____. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade**. Dissertação de mestrado orientada por Maria Ruth Amaral de Sampaio. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 186 p.

SACHS, Celine. **Políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIDAL, F. E. C. **A Autoconstrução e o Mutirão Assistidos como Alternativas para a Produção de Habitações de Interesse Social**. Dissertação de Mestrado, FAU UNB, Brasília, 2008.

ⁱ Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP).

ⁱⁱ Professora Livre-Docente no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

ⁱⁱⁱ Valladares (1983) aponta que a produção acadêmica passou a refletir os novos olhares sobre a questão da habitação, introduzindo-o como um campo específico de pesquisa a partir de 1970. Os estudos possibilitaram análises com distintos focos e abordagens das realidades urbanas e também abordaram os processos de investigação e de imersão dos técnicos - de arquitetura, engenharia, ciência sociais, psicologia, sociologia -, iluminando as diversas, e em alguns casos, divergentes narrativas e iniciativas sobre possíveis 'soluções'.

^{iv} Lopes (2011) retoma os depoimentos de Ermínia Maricato, José Fábio Calazans e Luis Fingerman publicados na revista Espaço & Debates em 1983.

^v Destacamos que no final dos anos 1960, Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio já realizavam estudos pioneiros sobre periferias de São Paulo e moradia autoconstruídas, referenciados no texto de *A casa popular* de Sérgio Ferro (1969), mas tendo sido publicado apenas em 1976.

^{vi} Em 1975, Ermínia Maricato também havia sido convidada para trabalhar com a população da região de Interlagos, mas relatou em seu depoimento ter encontrado dificuldade para estabelecer uma relação permeável entre essa população e a Universidade (E&D, 1983 apud LOPES, 2011).

^{vii} A atuação na favela Recanto da Alegria, na Zona Sul, com propostas de melhorias habitacionais e urbanas foi conduzida pelos moradores que teriam assessoria por meio do LabHab da Belas Artes (FEBASP) em São Paulo com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS).

^{viii} A entrevista de Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque, secretária de Serviços Sociais do governo de Carlos Lacerda, nos permite identificar essas divergências e conflitos de discursos e ações.

^{ix} O depoimento de Ermínia Maricato sobre sua atuação profissional foi originalmente publicado na revista Espaço & Debates em 1983.

^x O processo de urbanização é narrado em detalhes em *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), que esteve presente desde os primeiros projetos, com o grupo Quadra.

^{xi} Algumas outras experiências, Assembleia do Povo em Campinas, os Filhos da Terra em ocupação de terrenos do Piqueri na Zona Norte de São Paulo, a Vila Comunitária# em São Bernardo do Campo, destacadas por Arantes (2002) e Lopes (2011), que também refletem os caminhos díspares - e sinuosos - mas que se convergiram na aproximação dos profissionais de arquitetura e engenharia com as famílias por meio dos Movimentos de Moradia.

^{xii} Ronconi (1995) destaca as organizações que atuaram no FUNAPS entre as quais destaco as assessorias técnicas: GAMHA (1988) AD (1989); TETO (1989); CAAP (1990); Usina CTAH (1990); Ambiente (1992); entre outras.

^{xiii} O tripé da autogestão junto ao FUNACOM já foi apresentado em diversas pesquisas (BONDUKI, 1992; RONCONI, 1995; SANTO AMORE, 2004; CAMARGO, 2016).

^{xiv} Barros (2019) sistematiza algumas assessorias que surgiram a partir dessas experiências precedentes: Ambiente (1992); Fábrica Urbana (1992); GTA (1993); Peabiru (1993); CEP (1997) Integra (1999); Grão (2002).

^{xv} Ver em: "Experiências em habitação de interesse social no Brasil" promovido pelo Ministério da Cidade (CUNHA, ARRUDA, MEDEIROS, 2007); "Assistência técnica e o direito à cidade" promovido pela Federação Nacional dos Arquitetos (SALAZAR, STROHER, GRAZIA, 2014); e "Edição especial: a habitação social no Brasil" da Revista Projeto (PROJETO, 2018).